

Manobra de Jader acaba adiando votação de parecer

BRASÍLIA – Uma manobra acolhida pelo presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), impediu ontem a votação do parecer favorável à abertura de processo por quebra de decoro contra Jader Barbalho (PMDB-PA). O ex-presidente da Casa afirmara que não compareceria à sessão, mas resolveu aparecer e apresentou um requerimento para que tivesse uma nova oportunidade de se defender.

Juvêncio de início negou o pedido de Jader, que recorreu, exigindo que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) fosse consultada. Depois, sob protestos de integrantes do PFL e da oposição, acatou a solicitação de Jader, suspendeu a sessão e transferiu-a para a próxima quinta-feira, quando a CCJ já deverá ter avaliado a questão.

Pelo menos um dos senadores que durante a sessão ocuparam lugar na mesa da presidência do Conselho de Ética, Antero Paes de Barros (PSB-MT), acusou Juvêncio de ter se orientado por roteiro previamente combinado e afirmou ter visto em suas mãos um papel com o script. "Foi uma jogada ensaiada, uma tabelinha", disse Antero. "Se ele sabia o que iria ocorrer, é procrastinação. Se ele previu, é futurologia." Juvêncio, mais tarde, afirmou ter preparado sete roteiros para seguir durante a sessão, para atender a todas as hipóteses de andamento dos trabalhos.

Mesmo tendo adiado a votação como queria Jader, ele reconheceu que o pedido do ex-presidente do Senado – acusado de ter desviado recursos do Pará – foi apresentado com a intenção de suspender a sessão e proteger o julgamento. "Ele queria ampla defesa; fiz o que achei que era certo."

JUVÊNCIO É
ACUSADO DE
COMBINAR
JOGADA

Queixas – O vice-presidente do Conselho de Ética, Geraldo Althoff (PFL-SC), e o senador Jefferson Péres (PDT-AM), um dos signatários do parecer que pedia a abertura de processo, ameaçaram abandonar os trabalhos se ficar provado que seu presidente vai atuar para beneficiar Jader.

"O adiamento da votação não ajuda ninguém e prejudica o Senado", afirmou Péres.

Durante a reunião, ele e outro autor do parecer, Romeu Tuma (PFL-SP), tentaram convencer Juvêncio a rever sua

decisão, numa pressão reforçada por Waldeck Ornélia (PFL-BA) e Heloísa Helena (PT-AL). Todos se queixaram de que o presidente do conselho, antes de suspender a sessão, nem mesmo permitiu aos demais senadores apresentarem argumentos contrários ao pedido de Jader.

Tuma lembrou que as regras de uma investigação parlamentar são as mesmas da Justiça, cabendo ao suspeito ou acusado defender-se só após a abertura do processo. "Jader nem é um réu ainda", alegou. (Rosa Costa e James Allen, da Agência Estado)